

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Eu sou você amanhã

O placar de 315 x 143 a favor do trancamento de todo o processo contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) está diretamente relacionado a dois pontos. O primeiro, é o receio dos parlamentares de terminarem em posição semelhante, respondendo a ações penais no Supremo Tribunal Federal. Há uma insatisfação muito grande na Casa em relação, por exemplo, ao processo sobre as emendas parlamentares.

Agrade ao padrinho

De quebra, os partidos de centro, que ora se aliam ao governo, ora ao bolsonarismo — e detentores de uma maioria com um viés mais afeito à direita —, sabem que, do ponto de vista eleitoral, vão precisar do apoio daqueles que votaram em Jair Bolsonaro.

Bom negócio

O embate sobre a aquisição do Banco Master pelo BRB aparentemente acabou. Os parlamentares entendem, agora, que a compra é um bom negócio, porque o Master tem que vender a parte “ruim” (precatórios) para fechar o negócio. O que se diz nos bastidores é que a JBS tem interesse nesses precatórios.

Arrume o discurso

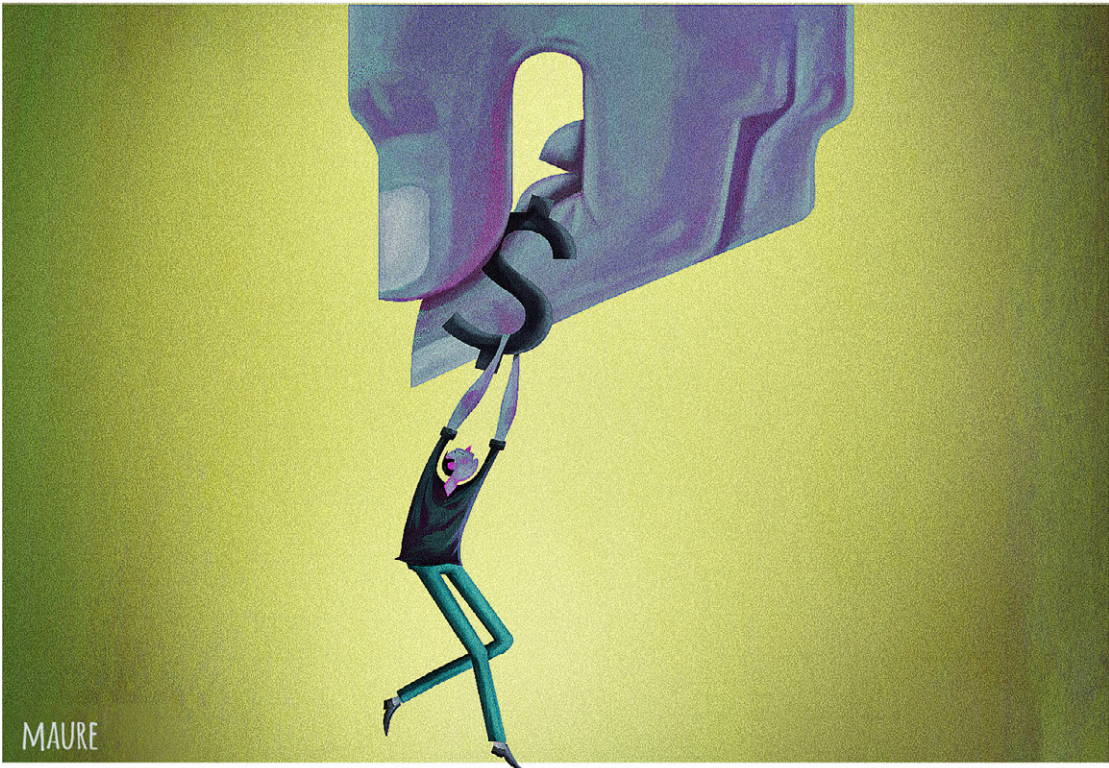
Aliados do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pretendem aconselhá-lo a dar um jeito de cortar despesa na Casa para fazer frente aos gastos com a criação de mais 18 gabinetes e estrutura para as vagas de deputado, aprovadas na terça-feira. Caso contrário, o desgaste será grande.

Consignado, o novo alvo

A oposição se arma para se contrapor à medida provisória do governo que permite empréstimo consignado dos empregados privados. De acordo com os adversários do Palácio do Planalto, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) — que define a taxa de juros dos consignados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) — age de forma política e não criteriosa na tomada de decisão. Os opositores acreditam que o ex-ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, era quem “dava as cartas” nessa definição. A ideia é que o Conselho Monetário Nacional (CMN) fique responsável por fixar essa taxa de juros.

Tudo em casa/ O CNPS é composto por seis

representantes do INSS e Ministério da Previdência, um do Sindicato Nacional dos Aposentados, outros dois da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Têm assento, ainda, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Força Sindical, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e a Confederação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) — cada uma com um integrante. Ou seja: além dos seis conselheiros ligados ao ministro, há outros quatro, das associações de aposentados, que, segundo a oposição, seguiam a orientação de Lupi.



CURTIDAS

Jefferson Rudy/Agência Senado



Toma que o filho é teu I/ O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP **foto**), foi consultado sobre encampar o projeto de aumento do número de deputados federais. Não topou mexer nesse vespeiro. Hugo Motta aceitou, mas foi incisivo ao dizer que só iria à votação numa sessão presencial. Ou seja, sem o recurso de registrar o voto do parlamentar de forma remota, pelo Infoleg.

Toma que o filho é teu II/ Da mesma forma que não quis encampar a proposta, o senador também não pretende barrar. Esse problema, avaliam os senadores, pertence à Câmara dos Deputados.

A tese deles e a dos petistas/ A forma pacífica com que os aliados de Jair Bolsonaro seguiram para a Esplanada, ontem, foi para mostrar que quem fez quebra-quebra do 8 de Janeiro foi outra turma e não a deles. Só tem um probleminha: naquele dia, avaliam aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma mobilização de ônibus e caminhões, algo que não ocorreu esta semana.

Venham cá/ Os ministros Mauro Vieira (Relações Exteriores) e Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública) foram convocados na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara. Os deputados Marcel Van Hattem (Novo-RS) e Evair Vieira de Melo (PP-ES), são os autores dos pedidos. Querem falar sobre os opositores ao regime venezuelano refugiados na Embaixada da Argentina, em Caracas, e do asilo concedido à ex-primeira-dama peruana Nadine Heredia. Agora é marcar a data.

CONGRESSO

Mais deputados, mais R\$ 64 mi/ano

Projeto eleva número de representantes de nove estados. De 513 passam a ser 531 cadeiras, a partir de 2027. E tudo isso tem alto custo

» WAL LIMA

O aumento no número de deputados federais, cujo projeto foi aprovado na terça-feira, pode gerar um impacto de até R\$ 64,6 milhões por ano aos cofres públicos. O cálculo é da Direção-Geral da Câmara, uma vez que nove bancadas estaduais provocarão a ampliação no número de integrantes da Casa dos atuais 513 para 531, a partir da legislação que começará em 2027. A matéria, porém, tem ainda de ser aprovada pelo Senado.

Cada deputado federal custa, em média, R\$ 3,6 milhões por ano, segundo o Demonstrativo de Despesas da Câmara. Esse desembolso inclui salários, verba de gabinete, auxílio-moradia, cota parlamentar, auxílio paleto e outros benefícios. A proposição indica que o atual orçamento da Câmara já comporta esse aumento de despesas.

Determinação do STF

A proposta foi aprovada, na noite de terça-feira, por 270 a 207 votos. A adequação no número de deputados segue uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que em agosto de 2023 determinou que a Câmara reajustasse o número de cadeiras para manter a proporcionalidade entre as unidades da Federação. A Corte tomou como base o Censo de 2022, que indicou ter havido uma mobilidade de habitantes expressiva — algumas regiões do país tiveram uma redução na população enquanto, em outras, houve aumento. A decisão do Supremo foi motivada por uma ação movida pelo governo do Pará.

A deputada Dani Cunha (União-RJ), autora da proposta,

270
X
207

foi o placar da votação
matéria, na noite de
terça-feira. PL está
longe de ser unanimidade
entre os deputados

argumenta que não haverá aumento nas despesas para os cofres da Câmara. Ela lembrou que, em 1993, houve uma alteração no número de integrantes da Casa — que pulou de 480 para os atuais 513. “Passaram-se 31 anos e tivemos um crescimento populacional de mais de 100%”, observou.

Atualmente, por conta dos números mínimo (oito) e máximo (70) de deputados, a composição não reflete a proporção da população dos estados, mais a do Distrito Federal. Unidades da federação menos populosas, como Roraima, acabam super-representadas em relação às que têm mais habitantes, como São Paulo. Num cenário com 531 deputados, a representação seria proporcional à população caso Roraima, Acre e Amapá tivessem dois representantes cada e São Paulo, 115.

Caso o projeto torne-se lei, serão criadas 18 cadeiras para nove estados: Pará e Santa Catarina, mais quatro cada; Amazonas, Mato Grosso e Rio Grande do Norte, duas cada; Ceará, Goiás, Minas Gerais e Paraná, mais uma cada. **(Colaborou Fabio Grecchi)**

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Dani assegura que as despesas não aumentarão

Mario Agra/Câmara dos Deputados



Para Kim, verba deveria ser aplicada na área social

Reflexos nas assembleias

O aumento no número de deputados federais desencadeará um efeito cascata, o que levará as assembleias legislativas a também reajustarem a quantidade de parlamentares. Isso porque, de acordo com o artigo 27 da Constituição, o número de deputados estaduais é definido a partir de um cálculo que considera o tamanho das bancadas federais.

Num cálculo inicial, os legislativos dos nove estados cujas bancadas federais aumentarão devem passar a ter aproximadamente 30 integrantes nas assembleias. Amazonas, Mato Grosso e Rio Grande do Norte ganhariam mais seis deputados estaduais cada. Santa Catarina, mais quatro, e Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraná — mais um cada.

Mas, na Câmara dos Deputados, o tema está longe de ser unanimidade. Entre parlamentares governistas e opositores, há críticas sobre a necessidade de mexer com o tamanho das bancadas e, principalmente, aos gastos que tal medida implicará.

Para o deputado federal Kim Kataguiri (União-SP), embora o aumento no número de deputados federais não impacte o orçamento da Casa, a verba que sobra dos recursos destinados à Câmara deveria retornar aos cofres da União para investimentos sociais.

“Eles têm dito que não gera novos gastos porque já tem um orçamento reservado. Só que, todos os anos, a gente gasta menos do que aquilo que é direcionado

ao Legislativo, e esse dinheiro retorna aos cofres públicos. Se a gente cria mais essa despesa, (a verba) deixa de voltar para os cofres da União. E gera gasto num momento de crise”, explicou.

O deputado Chico Alencar (PSol-RJ) afirmou que a proposta “propõe aumentar o número de deputados federais e estaduais sem resolver a distorção na proporcionalidade, sem previsão orçamentária e fonte de custeio. Deveríamos debater uma reforma política séria”.

Já a deputada Carla Zambelli (PL-SP) afirmou ser “absolutamente contrária ao projeto”. Para ela, hoje, a população pede por mais “austeridade no uso dos recursos públicos”. **(WL.com Agência Estado)**

Desembolso por cada parlamentar

Salário
Atualmente é de de R\$ 41.650,92. Esse valor é o mesmo para senadores, ministros de Estado, ministros do Supremo Tribunal Federal, presidente e vice-presidente da República.

Benefícios
Além do salário, os deputados recebem: auxílio-moradia: R\$ 4.253,00; verba de gabinete: R\$ 30.788,66; cota parlamentar: esse é um valor variável, dependendo da unidade da Federação que o parlamentar representa (serve para custear despesas como passagens aéreas, combustível, alimentação e hospedagem).

Vantagens indiretas
Os deputados federais também têm direito a outros benefícios, como plano de saúde, auxílio-creche e auxílio-funeral.

Gastos operacionais
A estrutura da Câmara (gabinetes, pessoal de apoio e infraestrutura) também demanda recursos adicionais com o aumento do número de parlamentares.

Emendas parlamentares
Cada deputado tem o direito a indicar a aplicação de recursos públicos em melhorias nas respectivas bases eleitorais, o que implica em um aumento no dinheiro público destinado a essas emendas com a ampliação do número de integrantes na Câmara.